

POLÍTICA

A hora e a vez do título eleitoral dos brasilienses

Foi a promessa mais concreta ouvida pelo Distrito Federal nos últimos tempos: representação política no Senado, na Câmara dos Deputados e a nível local também. Tudo isso complementado pela eleição direta do governador. É bem verdade que trata-se de promessa de candidato, feita pelo ex-governador Tancredo Neves. Mas a maneira como foi feita, diante de auditório qualificado, tende a dissipar qualquer dúvida quanto à validade da promessa. Ao chamar Brasília de cidade cassada, o candidato da Aliança Democrática dimensionou com exatidão e sinceridade o sentimento que o domina em relação à condição política da Capital, onde o título de eleitor, documento obrigatório, não tem qualquer serventia para seus detentores. É peça meramente decorativa.

Ao contrário de outras cidades brasileiras igualmente cerceadas em seus direitos políticos, como as capitais de Estado, as estâncias hidrominerais ou aquelas consideradas como áreas de segurança nacional que, mesmo perdendo a prerrogativa de escolher pelo voto os seus mandatários municipais, mantiveram as eleições para as Câmaras municipais e igualmente continuaram participando das eleições gerais do país, Brasília perdeu tudo. Ou, antes, não ganhou o direito a nada. Os governos militares foram sempre insensíveis aos apelos da população, jamais permitindo qualquer tipo de representação política, nem mesmo a legislativa. Todas as propostas nesse sentido foram derrubadas sistematicamente pelo Governo Federal, inclusive as que partiram de parlamentares dos partidos oficiais. O Governo alegava — e alega até hoje — que sendo Brasília uma cidade eminentemente administrativa, seria mais conveniente mantê-la afastada das ebulições políticas e das campanhas eleitorais. Cego e mesquinho, esse argumento impediu aos brasilienses o acesso à prática da política. E, cidade cassada ao extremo, Brasília não tem também diretórios de partidos políticos, formalmente organizados, existindo de direito. Existem de fato, porque vários setores da comunidade decidiram enfrentar e derrotar essa situação de força.

São esses grupos brasilienses os responsáveis, também, pelo grande trabalho de conscientização da comunidade para a representação política de Brasília. Da comunidade e dos parlamentares. Na Situação e na Oposição, durante bom tempo, houve nomes importantes que sequer se interessavam pelo assunto. O Congresso Nacional é uma cidade dentro da cidade, por isso inúmeros parlamentares resumem o exercício do mandato em atividades desenvolvidas no plenário, nas comissões e em conversas em residências ou em alguns poucos restaurantes. Viajando muito nos fins de semana, não chegam a ter tempo para conhecer os problemas locais, para visitar uma cidade-satélite. A Capital da República vive, então, o paradoxo de receber e hospedar o maior contingente de políticos do país e, além de não ter quem a defenda, não merece nem o interesse de quem dela faz o cenário principal do exercício político.

O ex-governador Tancredo Neves, adepto da idéia de Brasília desde o início e admirador do ex-presidente Juscelino Kubitschek, promete agora resgatar, se eleito, a dignidade civil da Capital. É uma promessa que mexe com os mais caros anseios desta população, muito mais porque veio com complementos preciosos: Tancredo Neves disse que quer eleições em todos os níveis. Não deixou de lembrar que, embora prefira um governador eleito, existe um imperativo constitucional prevendo a indicação do governador do Distrito Federal. O presidente deve cumprir a Constituição, mas Tancredo prometeu, também, que antes de indicar o nome do futuro governador vai ouvir a população através de suas entidades civis organizadas. Como é uma indicação, existe teoricamente a possibilidade de que o indicado seja alguém de fora de Brasília. O candidato oposicionista não escamoteou a possibilidade, mas fez fé, novamente, em nomes locais. A última etapa da carreira política de Tancredo Neves está muito ligada a Brasília e ele sabe disso. A representação política é uma retribuição imperiosa para quem tantas vezes desfrutou da cidade.

A promessa do candidato da Aliança Democrática revigorou a esperança de quase meio milhão de eleitores, um colégio eleitoral há muito tempo desejoso de escolher livremente os seus governantes e os seus representantes no Congresso Nacional. Uma representação efetiva, que substitua a pouco eficiente comissão do Distrito Federal existente no Senado, integrada por senadores de outros Estados, que por maior que fosse a boa vontade, sempre tiveram como prioridade a defesa do interesse dos seus eleitores fora daqui. Brasília já tem maioria suficiente para decidir sobre o seu destino. Representação política, já! Ou, pelo menos, assim que um novo presidente tome posse.

Luiz Recena Grassi